

## TRABALHO DE FILOSOFIA

2ºE.M. - 1ºTrimestre/2020 - Valor: 3,0  
(Individual ou em grupos de até 4 pessoas)

Com base na leitura dos textos, na análise das imagens, e em seus conhecimentos, produzam um **artigo de opinião**, de no mínimo 2 páginas, buscando posicionar-se a respeito da seguinte questão:

O DESAFIO DA MORALIDADE: SER BOM OU PARECER BOM?

*Obs. No dia da entrega, o texto deverá ser defendido (apresentado) brevemente por um ou mais membros do grupo perante a turma.*

### Texto I:

Você é a favor da corrupção? Claro que não? E, por acaso, já se utilizou pelo menos uma vez na vida do “jeitinho brasileiro”? Sem dúvida que sim. É óbvio que ninguém declararia publicamente ser favorável à corrupção. Nem mesmo seus principais beneficiários. Porém, há ideologias mais complacentes com a corrupção do que outras. (...)

Em um mundo dividido entre o certo e o errado, entre corrupção e o favor, entre bem e mal, todos aprovamos o que é certo, apoiamos o favor e queremos ver o bem realizado. Mas o que dizer de um mundo em que uma zona nebulosa nem sempre deixa claro o que é certo ou o que é errado? Ou em que o certo e o errado dependem do contexto e das circunstâncias?

(...) Os brasileiros têm a chance de saber por que a “cultura da corrupção” é tão enraizada entre nós. (...) Isso acontece porque a corrupção não é simplesmente a obra perversa de nossos políticos e governantes. Sob a simpática expressão “jeitinho brasileiro”, ela é socialmente aceita, conta com o apoio da população, que a encara como tolerável.

(...) Ao contrário do que é possibilitado pelo jeitinho, o padrão dicotômico de moralidade, que divide o mundo entre certo e errado, permite que a cidadania – compreendida como um catálogo universal de direitos – se realize e se torne efetiva. É certo que as leis sejam cumpridas e errado que elas sejam infringidas em favor de grupos ou pessoas. Isso é verdade, por mais especial e delicada que seja a situação daquele que se beneficiaria por seu não-cumprimento.

O jeitinho, portanto, equivale a uma “zona cinzenta moral” entre o certo e o errado. Se uma situação é classificada como jeitinho, o que se está afirmando é que, dependendo das circunstâncias, essa situação pode passar de errada a certa.

ALMEIDA, Alberto Carlos. *A cabeça do brasileiro*. São Paulo: Record, 2007. pp. 45-48.

### Texto II:

[...] em primeiro lugar, direi o que se afirma ser a justiça, e qual a sua origem; seguidamente, que todos os que a praticam, o fazem contra a vontade, como coisa necessária, mas não como boa. [...] Se, portanto, houvesse dois anéis como este [*Anel de Gíges*], e o homem justo pusesse um, e o injusto outro, não haveria ninguém, ao que parece, tão inabalável que permanecesse no caminho da justiça, e que fosse capaz de se abster dos bens alheios e de não lhes tocar, sendo-lhe dado tirar à vontade o que quisesse do mercado, entrar nas casas e unir-se a quem lhe apetecesse, matar ou libertar das algemas a quem lhe aproovesse, e fazer tudo o mais entre os homens, como se fosse igual aos deuses. Comportando-se desta maneira, os seus atos em nada difeririam dos do outro, mas ambos levariam o mesmo caminho. E disto se poderá afirmar que é uma grande prova, de que ninguém é justo por sua vontade, mas constrangido, por entender que a justiça não é um bem para si, individualmente, uma vez que, quando cada um julga que lhe é possível cometer injustiças, comete-as. Efetivamente, todos os homens acreditam que lhes é muito mais vantajosa individualmente, a injustiça do que a justiça. E pensam a verdade, como dirá o defensor desta argumentação. Uma vez que, se alguém que se assenhoreasse de tal poder não quisesse jamais cometer injustiças, nem apropriar-se dos bens alheios, pareceria aos que disso soubessem muito desgraçado e insensato. Contudo, haviam de elogiá-lo em presença uns dos outros, enganando-se reciprocamente, com receio de serem vítimas de alguma injustiça. Assim são, pois, estes factos. [...]

PLATÃO. *A REPÚBLICA*, Livro II. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2005. pp.54, 57-58.

### Texto III:

Nas relações cotidianas entre os indivíduos, surgem continuamente problemas como estes: Devo cumprir promessa X que fiz ontem ao meu amigo Y, embora hoje perceba que o cumprimento me causará certos prejuízos? [...] Devo dizer sempre a verdade ou ou há ocasiões em que devo mentir? Quem, numa guerra de invasão, sabe que o seu amigo Z está colaborando com o inimigo, deve calar, por causa da amizade, ou deve denunciá-lo como traidor? Podemos considerar bom o homem que se mostra caridoso com o mendigo que bate à sua porta e, durante o dia – como patrão – explora impiedosamente os operários e os empregados da sua empresa? Se um indivíduo procura fazer o bem e as consequências de suas ações são prejudiciais àqueles que pretendia favorecer, porque lhes causa mais prejuízo do que benefício, devemos julgar que age corretamente de um ponto de vista moral, quaisquer que tenham sido os efeitos de sua ação?

Em todos estes casos, trata-se de problemas práticos, isto é, de problemas que se apresentam nas relações efetivas, reais, entre indivíduos ou quando se julgam certas decisões e ações dos mesmos. [...] os indivíduos se defrontam com a necessidade de pautar o seu comportamento por normas que se julgam mais apropriadas ou mais dignas de serem cumpridas. Estas normas são aceitas intimamente e reconhecidas como obrigatórias: de acordo com elas, os indivíduos compreendem que têm o dever de agir desta ou daquela maneira.

VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. *ÉTICA*. Tradução de João Dell'Anna. 27ª. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. pp.15-16.

### Imagem I:



### Imagem II:



### OBSERVAÇÕES:

1. Os textos podem ser digitados ou manuscritos, contendo CABEÇALHO, TÍTULO ORIGINAL, PARÁGRAFO INTRODUTÓRIO (apresentação das ideias a serem defendidas), DESENVOLVIMENTO (exposição dos argumentos que defendam as ideias), CONCLUSÃO (fechamento das ideias e de seus argumentos, bem como a proposição de eventuais soluções) e REFERÊNCIAS.
2. Os textos deverão ser originais, ou seja, de autoria dos alunos. Meras cópias da internet ou de outras fontes bibliográficas, sem a citação do autor, consistirão em PLÁGIO, redundando em nota ZERO.
3. Trabalhos idênticos serão anulados e receberão nota ZERO. Do mesmo modo, serão penalizados com desconto de nota os trabalhos semelhantes.
4. A avaliação do trabalho será dividida em: 2,0 para o TEXTO e 1,0 para a DEFESA, totalizando 3,0.